

CIDADE VIOLENTA: VIVÊNCIAS DE UM IMIGRANTE NAS MALHAS DO CONFLITO URBANO (CURITIBA, 1959)

Etelvina Maria de Castro Trindade

*

Resumo: Em 8 de dezembro de 1959 foi deflagrada, em Curitiba, a chamada “Guerra do Pente”, um conflito em que estiveram envolvidos os habitantes locais em oposição aos comerciantes árabes, judeus e italianos, estabelecidos na cidade. Agiu como estopim do movimento, a adoção de uma nova legislação tributária promovida pelo governo Moisés Lupion. No “quebra-quebra” que se instaurou contra os estabelecimentos comerciais, M.H., imigrante de origem síria, reagiu à ação dos manifestantes, com uma fala que afirmava seus direitos ao trabalho e à cidadania. A comunicação que está sendo proposta pretende recuperar aquele momento da trajetória da cidade que fez aflorarem manifestações ligadas a questões de preconceito, fundamentadas na construção de uma identidade apoiada no critério da diferença.

Palavras-chave: conflito urbano – preconceito – cidadania

Abstract: In December 8TH, 1959, it was deflagrated, in Curitiba, the so called “Guerra do Pente”, (The “Comb War”) a conflict that involved the local inhabitants in opposition to the Arab, Jewish and Italian merchants, established in the city. The quickmatch of the movement was the adoption of a new tributary legislation promoted by the Moisés Lupion’s Government. In the quarrel started against the commercial establishments, M.H., immigrant of Syrian origins, reacted against the actions of the demonstrators, with counteractions and a speech that affirmed his rights to work and citizenship. This proposed communication intends to recuperate that moment in the City’s trajectory that resulted in the emerging manifestations connected to the prejudice based on the construction of an identity supported on the “difference” criteria.

Keywords: urban conflict – prejudice - citizenship

1- O conflito.

Curitiba, oito de dezembro de 1959. Ao entardecer daquele dia, um subtenente da Polícia Militar adentrou uma pequena loja situada à Praça Tiradentes onde adquiriu um pente de pouco valor e solicitou uma nota fiscal, no que foi atendido. Episódio banal, e tão corriqueiro nos espaços urbanos, que se torna difícil acreditar ser ele causador de uma grave alteração situada na origem de um dos maiores conflitos da história da cidade. Um evento caracterizado por um extenso “quebra-quebra” que assolou seu perímetro central, envolvendo a população, as polícias civil e militar, o corpo de bombeiros e grande parte das autoridades políticas e administrativas. Durante toda a noite do dia oito, e pelas vinte e quatro horas

* Doutora em História Social. Professora da Universidade Tuiuti do Paraná.

seguintes, foram depredadas inúmeras lojas, estendendo-se as agressões aos carrinhos de vendedores de frutas, às bancas de revistas e até aos edifícios públicos. Do confronto com a polícia, resultaram prisões, grande número de feridos e muitos prejuízos financeiros.

Dada à gravidade desses fatos é pertinente lembrar detalhes do ocorrido e a identidade dos envolvidos: de um lado, um oficial que estivera recentemente sob tratamento psiquiátrico e que exigiu a nota discriminada de sua compra, com vistas aos créditos que obteria na promoção “Seu Talão Vale um Milhão”¹, instituída pelo então governo Moisés Lupion; de outro, um comerciante sírio de poucas letras ou pouco conhecimento da língua nacional, que solicitou a uma funcionária o preenchimento da nota, na qual a compra foi registrada sob a rubrica “despesas” – o que não foi aceito pelo comprador. O desentendimento daí decorrente resultou em uma violenta discussão seguida de embate físico em que o militar teve a sua tíbia direita fraturada pelo comerciante e seus auxiliares, sendo atirado em seguida à calçada – incidente amplamente divulgado pelos jornais da época.

Ao assistirem a cena, populares presentes no ponto de ônibus intervieram com gritos e pedradas que desembocaram na depredação da loja onde se iniciara o conflito, estendendo-se posteriormente por grande parte da cidade. Durante vários dias, a imprensa local noticiou os fatos posicionando-se de acordo com a orientação particular de cada periódico. (GAZETA POVO, DIÁRIO DO PARANÁ, TRIBUNA DO PARANÁ, 8-9-10 dez. 1959). As explicações mais freqüentes discorriam preconceituosamente sobre a condição sócio-econômica dos manifestantes e as representações atribuídas a eles, como “desordeiros”, “vadios” ou “desocupados”, passaram a ocupar posições significativas no noticiário local. Como havia estudantes envolvidos nos protestos, constantes declarações dos líderes da categoria tentavam isentá-los de participação nas ocorrências. Algumas publicações buscaram também explicar o sucedido mediante tímidas observações sobre a atuação dos governos nacional e local. Assinalava-se ainda a inflação galopante, a carestia de vida ou a ineficiência das autoridades policiais, como responsáveis pelas desordens e pela insatisfação popular. Esteve, no entanto, ausente das notícias, o preconceito contra os imigrantes árabes, atribuindo-se sempre a revolta aos altos lucros auferidos pelos “comerciantes curitibanos”, o que talvez explique o ataque a outras lojas cujos proprietários não necessariamente pertenciam àquela etnia. De racismo ou xenofobia, àquele tempo, pouco ou nada se falou.

¹ Com a finalidade de promover maior arrecadação financeira para os cofres públicos, o governo Lupion lançou a Campanha “Seu talão vale um milhão”, pela qual os compradores eram incentivados e exigir notas fiscais dos estabelecimentos comerciais, concorrendo à participação em sorteios e prêmios.

Os acontecimentos descritos, posteriormente denominados “Guerra do Pente”, têm sido bastante evocados na memória e na historiografia curitibanas. Surgiram assim, a *posteriori*, interpretações que, de certa forma, apontam para uma reflexão sobre a questão étnica evidenciada no incidente. Isso porque não é de hoje que a presença laboriosa de imigrantes de qualquer origem nos espaços urbanos tem sido passível de análises, sobretudo se suas atividades são causadoras de algum tipo de desconforto nos elementos locais.

Sabe-se, além disso, que grande parte desses desacertos, envolvendo personagens de origens diversas no ambiente citadino, é tributária dos processos migratórios ocorridos no final do século XIX, e primeira metade do XX, momento em que a inserção do estrangeiro em uma sociedade mais ampla e dominante tornava freqüente a adesão a identificações étnicas de grupo. Tal fenômeno gerava uma construção que tinha por base o uso que cada pessoa fazia dessa identificação em termos raciais, nacionais ou religiosos, para relacionar-se com os demais. (OLIVEIRA, 1985: 3). A consequência dessa atitude resultava no fechamento do grupo arriuísta em torno do que considerava a sua identidade de origem, postura que ainda costuma gerar, nos que não estão nele inseridos, reações que podem ser consideradas como preconceituosas, xenófobas e mesmo racistas. No campo das idéias, cumpre lembrar o quanto essas posições devem seu reforço ao evolucionismo darwinista, portador de “(...) um conjunto de ‘razões científicas’ para afastar ou, como aconteceu de fato, expulsar e assassinar estranhos: os liames entre racismo e nacionalismo são óbvios, e reforçam um ao outro.” (HOBSBAWM, 1990: 131).

Considerando, ainda, que o racismo tem como base um jogo ideológico de inferioridade recíproca, em que as pessoas tomam posições em sistemas de relações intergrupais culturalmente definidos, depreende-se que passem a agir em forma de corporação em que se integram e compartilham ideais baseados em uma visão de mundo, um credo político ou um modo de vida. “Tal condição leva os participantes a uma integração total ainda que sistematicamente simplificada no espaço e no tempo, nos meios e fins.”(TRINDADE, 2004: 52).

No caso do conflito descrito acima, os imigrantes árabes, mais propriamente sírio-libaneses, se viam também discriminados – para além de seu exercício profissional - no campo lingüístico, pela denominação genérica de “turcos”. Era claramente um caso que Cucho denominaria de “exo-identidade”, pela qual a identidade de um grupo é definida pelos outros, semelhante a que o autor identificou para a América Latina. Nesse continente, os imigrantes sírio-libaneses, fugitivos do império Otomano, eram chamados de “turcos”, (visto

portarem um passaporte turco) quando essa era a denominação que desejavam justamente repudiar. (CUCHE, 1999: 184).

Em Curitiba, no episódio em questão, o que ocorreu com a maioria dos comerciantes sírio-libaneses ali radicados foi o sentimento de uma forte ligação com sua etnia, à proporção que eram vítimas de um preconceito que os enquadrava na denominação “turcos”. Ocorre, em tais circunstâncias, que, quanto maior for a necessidade da solidariedade de todos na luta pelo reconhecimento, maior será a identificação do sujeito com a sua coletividade (CUCHE, 1999: 191). Simultaneamente, ao ver-se envolvido numa situação de conflito, pode acontecer também que o indivíduo chegue a uma identificação com traços do grupo com que se vê diretamente confrontado.

Por ocasião da “Guerra do Pente”, tal contradição fica patenteada na fala de um imigrante sírio-libanês que, alheio ao que se passava, se viu igualmente envolvido no tumulto. Chegado da Síria há mais de trinta e cinco anos, esse imigrante, que chamaremos de Munir Hassan², estava solidamente estabelecido em Curitiba quando, em função do incidente, se viu obrigado a re-visitar sua condição identitária ao ser confrontado pelos manifestantes em desatino. Essa ocorrência limite é descrita por seu filho, em entrevista concedida cinquenta anos depois:

Pois é. Então naquela época, nós estávamos junto com ele ali na loja, quando veio a turba que estava destruindo tudo. Ele pegou o metro de madeira e enfrentou a turba na porta da loja dele. Ele dizia para as pessoas: “Eu sou muito mais brasileiro do que vocês são brasileiros! Porque eu dou comida e dou trabalho para vocês e vocês estão só quebrando, só fazendo bagunça! Então vocês não me chamem de turco, de árabe, de sem vergonha ou qualquer coisa assim, porque eu sou muito mais brasileiro do que vocês!”. (HMJ, 2008: 5).³

Ser muito mais brasileiro que os próprios brasileiros, como disse MH em defesa própria, é uma frase que abre caminho para um rol de reflexões sobre as questões de identidade e inserção social.

2- Ser muito “mais brasileiro”.

São relativamente recentes concepções que definem a identidade como uma elaboração consolidada na relação entre grupos que se acham em contato, construindo-se e

² Pseudônimo destinado a preservar o anonimato do personagem e de sua família.

³ As falas citadas neste texto fazem parte de uma série de entrevistas realizadas com familiares e antigas funcionárias de MH.

reconstruindo-se no interior das relações sociais. Por esse viés, a identidade social é simultaneamente considerada um elemento de inclusão e de exclusão pois “(...) ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista)”. (CUCHE, 1999: 177).

Contrariamente ao afirmado acima, a frase de MH, “sou muito mais brasileiro que vocês”, pode estabelecer conotação com o que, durante certo tempo, foi compreendido como um fenômeno de “dupla identidade”, pela qual se evidenciam adesões a lealdades simultâneas, em determinados aspectos da vida, existindo condições, em que qualquer uma dessas lealdades pode prevalecer sobre as outras, dependendo da situação em que se encontrem os sujeitos. Essa interpretação decorre da observação do comportamento de imigrantes que, em momentos de crise, tenderam a declarar uma dupla filiação – caso, por exemplo, dos alemães emigrados, ao desenrolar da Primeira Guerra Mundial, numa perspectiva que tentava ser, ao mesmo tempo, nacional e imigrante. Afirmavam eles: “Queremos ser e permanecer: homens alemães, honestos e bons cidadãos brasileiros”. (WILLEMS apud TRINDADE, 2004: 59). Já MH, mesmo reconhecendo sua identidade árabe, como coloca sua “brasilidade” em confronto com a dos próprios brasileiros.

Essa atitude aparentemente paradoxal põe em cheque a concepção que vê a identidade como um atributo original e permanente, além de eliminar a idéia de uma suposta essência que a definiria. (CUCHE, 1999: 183). A partir daí, só é possível compreender a construção da identidade em função da análise das divisões e dos antagonismos sociais que produzem “posições em que diferentes elementos e identidades podem ser articulados”. (LACLAU, 1996). Isso acontece porque, em nenhum momento ou nenhuma sociedade, foi possível fazer “tábula rasa” das diversas nacionalidades presentes em seu seio, na medida que, na construção das identidades coletivas, cada comunidade faz, ao longo do tempo, “todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – quer se trate de família ou de nação – o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência”. (POLLAK, 1992: 207).

Essa ligação com as origens é detectada no caso do imigrante protagonista da “Guerra do Pente” que, tachado pela imprensa de analfabeto, possivelmente não sabia redigir em português, o que o levou a pedir a uma funcionária o preenchimento da nota fiscal. Nessa circunstância, o apego à língua de origem pode denotar não apenas uma dificuldade de aprendizagem, mas também uma resistência a ela, na medida que a obrigação do conhecimento da língua nacional visa impor um sistema comum de categorias e uma visão unitária do mundo social. Assim, a resistência a essa imposição tem como meta preservar a

essência da própria nacionalidade, - o que poderia significar a reafirmação de critérios objetivos de identidade étnica, (como língua dialeto e sotaque), que são objeto de representações mentais ou de atos de percepção nos quais os agentes investem seus interesses. (TRINDADE, 2004: 57).

Em contrapartida, na posição dos imigrantes, a construção da auto-imagem não pode estar isenta das estratégias geradas em função do confronto com os demais e que são estruturadas conforme “critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade que se fazem por meio da negociação direta com outros”. (POLLAK, 1992: 205).

A frase de MH, se examinada à luz de tais constatações, torna-se exemplar. Ao declarar-se muito mais brasileiro do que os próprios brasileiros, ele reafirma uma identificação, enquanto toma posse de outra, numa estratégia implícita de negociação. MH não está rejeitando a sua origem árabe: pelo contrário, é justamente no fato de ser também árabe que reside, para ele, sua superioridade. O depoimento de uma antiga funcionária mostra a pertinência dessa observação. Compartilhando a mesma origem, a depoente relata que exercia certa ascendência sobre as demais, atribuindo-lhes tarefas de organização:

Aí eu: “Vamos arrumar as seções, seção de cada uma, vamos lá”. E elas claro que não gostavam muito (...) Quando eu vinha vindo lá de trás, lá desse tal galpão, uma funcionária, era até uma polaquinha.: “Essa turca aí não dá sossego para a gente”. Só que “seu” M ouviu ela falar isso. Na mesma hora ele disse: “Vem aqui!” Foi lá no escritório: “Seu Estevão, dá a conta para ela. Aqui é casa de turco, ela não trabalha mais”. (A. B., 2009: 18-19).

Como se pode observar na fala da depoente, o sentimento de superioridade não se aplica somente aos brasileiros, mas também a imigrantes de outras origens – no caso, a “polaquinha” - pertencente a uma etnia também bastante discriminada no Paraná. Por outro lado, enquanto MH, ao defrontar-se com a turba revoltada, solicita: “não me chamem de turco, de árabe (...), ao despedir a “polaquinha” lembra-lhe que “aqui é casa de turco” (...).

Por essas aparentes incoerências, pode-se chegar à constatação de que não existe uma identidade “unidimensional”, nem também uma “dupla identidade”, mas um caráter de identidade que se presta a diversas interpretações ou manipulações. E constata-se, por extensão, que a concepção analítica de “dupla identidade” tem uma acepção negativa e ideológica, pela qual se buscam desclassificar e cooptar grupos resistentes que compõem populações vindas da imigração.

Na ocorrência em estudo, a idéia de “identidade dupla” pode, por conseqüência, ser substituída pela de “identidade mista”, no sentido de uma pertença do indivíduo a várias culturas das quais faz uma síntese própria e original, embora se trate de uma fabricação feita

“somente em função de um contexto de relação específico a uma situação particular”. (CUCHE, 1999: 193).

Além dessa circunstância, muitos são os elementos que podem compor essa “fabricação”; dentre eles, a dignificação pelo trabalho, também escolhida pelo comerciante sírio em sua construção identitária.

3- O trabalho como valor.

Cumprir lembrar agora o segundo elemento da declaração de MH, a valorização pelo trabalho, que se refere igualmente a uma questão muito presente na identificação do indivíduo imigrante: “(...) dou comida e dou trabalho para vocês e vocês estão só quebrando e fazendo bagunça (...)” (HMJ., 2008: 5). Ela é uma colocação de extrema importância, por introduzir um critério carregado de significado simbólico que alimenta a crença no pertencimento a uma comunidade superior por sua capacidade inata para o trabalho e para o progresso. Essa tese, presente na maioria dos discursos de imigrantes – sobretudo de alemães – em Curitiba, contribuiu para a idéia de “superioridade racial” de todos os imigrantes, o que estimulava um ufanismo nacionalista que se afirmava em oposição aos demais. Fica bem clara, na colocação do comerciante, a ideologia que exalta uma contribuição econômica e cultural do imigrante e sua pertinência étnica. Pode-se ver aí uma reafirmação do papel civilizador do estrangeiro, seu pioneirismo e a capacidade de construir uma sociedade organizada e laboriosa. Em contrapartida, mercê dos estereótipos que se desenvolvem contra os elementos locais, está implícita a imagem de um brasileiro avesso ao trabalho e indolente: “vocês estão só quebrando e fazendo bagunça!” Não se trata aqui somente de ser um indivíduo laborioso, mas também de ser aquele que fornece as condições de subsistência aos elementos locais: “dou comida e dou trabalho para vocês”. (HMJ, 2008: 5).

Essa concepção de trabalho, extremamente enraizada no espírito e na atividade do imigrante de origem árabe, pode ser atribuída ao advento do capitalismo europeu ocidental, que como ele, se liga a uma ética profissional e a uma valorização do trabalho “como atividade” que tem um fim em si mesma. Tributária do pensamento de Max Weber, esta acepção o vê, não apenas como um meio pelo qual se obtém recursos para viver, mas como um elemento que dá sentido à própria vida, tornando os homens, seres livres e responsáveis. (WEBER, 2001) Por isso mesmo, é necessário que se devota a ele a maior parte de energia e do tempo disponível – uma regra seguida à risca pelo comerciante que dedicava ao seu estabelecimento mais de doze horas de labor atento e incansável, conforme atesta outra funcionária de sua loja:

Toda a vida ele estava em pé, nunca ele sentava, durante o expediente, de trabalho, nunca! Ele estava sempre em pé encostado no balcão, não é? Olhando o andamento da loja. Como que as funcionários atendiam e tinha muito cliente. (J.K, 2009: 5)

Igualmente em acordo com a teoria de Weber, para MH, o trabalho deveria implicar numa atitude de comedimento e discrição com a qual estavam em desacordo atitudes de despreocupação e despreendimento da maior parte de seus funcionários e, por extensão, dos componentes dos habitantes locais. Para tanto, os lucros auferidos deveriam ser utilizados dentro de uma atitude de abstinência, de esforço e de poupança (WEBER apud CUCHE, 1999: 163-164). Colocada em conjunto com a primeira parte da sua fala, em que reivindica sua brasilidade, a que se refere ao trabalho referenda aquela, na medida em que o exercício do labor consciente e responsável dá ao imigrante direitos simbólicos de cidadania, sobretudo por garantir o sustento daqueles que o discriminam e perseguem. MH cai aqui na armadilha de, ao tentar constituir uma identidade própria, estabelecer critérios de exclusão semelhante às construídas pelos componentes do grupo dominante – o que permite uma conclusão que evidencia a falência dos pressupostos norteadores de seu discurso.

Sabe-se, no entanto que, em termos concretos, sua fala - ou mais que isso, sua postura - trouxeram um saldo positivo: teve sua loja poupada da depredação, em que pese ter fechado cautelosamente suas portas nos dias posteriores.

4- A memória como fator de identidade.

Tendo em vista as considerações sobre as dificuldades relativas ao uso da memória para trabalhos de cunho sociológico ou histórico, algumas restrições podem pairar acerca desse estudo e dos relatos coligidos para ele. Isso porque o presente texto foi em grande parte construído em torno de apenas um relato de memória do qual foi extraída a fala de MH: o de seu filho, que discorreu longamente sobre sua vivência de imigrante, enquanto que os depoimentos de antigas funcionárias trouxeram informações simplesmente complementares.

Nesse sentido, em que a fidedignidade das fontes pode ser posta em dúvida, resta a possibilidade de desenvolver uma reflexão sobre o que se apresenta para os depoentes como “verdadeiro” - e o que poderia ser considerado “falso”. E também do que lhes parece mais significativo, para indagar até que ponto os depoimentos recolhidos correspondem ao realmente acontecido. O que mais importa é, porém, que o fato descrito solidificou-se na memória do filho, propiciando-lhe uma identificação com as suas próprias origens (BARTH,

1998). Por essa razão, mesmo que os relatos não correspondam linearmente ao ocorrido, demonstram o que lhe ficou na lembrança: traços de atitudes que marcaram, e ainda marcam, estratégias de construção de identidades em populações emigradas, ou em seus descendentes. O que leva a considerar a memória como “elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo, em sua reconstrução de si”.(POLLAK, 1992: 205).

Dessa forma, o papel de MH no conflito urbano de que foi um dos protagonistas, pode servir de “*referendum*” às análises dos estudiosos que, usando o instrumento da memória, tentam reconstruir a complexa urdidura onde as representações individuais e as demandas coletivas compõem a trama do tecido social de determinadas épocas e locais.

REFERÊNCIAS

Fontes:

GAZETA POVO. Curitiba, 8-9-10 dez. 1959.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 8-9-10 dez. 1959.

TRIBUNA DO PARANÁ. Curitiba, 8-9-10 dez. 1959.

A.B,L. *Entrevista*. Curitiba, 05 mar. 2009.

H.J,M. *Entrevista*. Curitiba, 18 out. 2008.

K,J. *Entrevista*. Curitiba, 19 mar. 2009.

Bibliografia:

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: PUTIGNATT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

HALL, S. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1997.

HALBWACCS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, J. E. *Nações e nacionalismo desde de 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LACLAU, E. *Emancipación y Diferencia*. Buenos Aires: Ariel, 1996.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, R. C. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1985.

TRINDADE, E.M.C. Reconstituo o além-mar: o papel da mulher imigrante na manutenção das tradições étnicas. In: PIERONI, Geraldo; DeNipoti, Claudio. (orgs.). *Saberes brasileiros. Ensaio sobre identidades: século XVI a XX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TRINDADE, E.M.C. *Clotildes ou Marias*. Mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

WEBER, M. *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.